



SUMÁRIO

I. DIREITOS DA PERSONALIDADE	17
» A obrigatoriedade da vacinação e a privacidade da família	19
» Do direito ao esquecimento ao direito a ser esquecido	24
» Meu nome por um iPhone 7	28
» O direito de desconectar	31
» Levando o direito dos animais a sério	34
» O STF e a identidade de gênero	37
» As biografias não autorizadas	41
» A personalização da personalidade	45
» Do mínimo ao máximo existencial	48
» A Apple, o Facebook e a vida privada	51
» O nome e as suas transformações	54
» O <i>hate speech</i> e "Mein Kampf" no domínio público	57
» A dignidade da pessoa humana no CPC/15	60
» Sempre ele: O Testemunha de Jeová	62
» O aperfeiçoamento moral	64
» A Biografia Moral	67
II. OS EXTREMOS DA VIDA	71
» O nascimento indesejado e o embrião como produto defeituoso	73

» Os embriões de Sofia Vergara	77
» Enquanto você dormia...	80
» O direito à imagem e o cadáver	83
» O gênio e a eutanásia	86
» O estado vegetativo persistente	88
» A dignidade na morte	91
» Os 20 anos da Lei de Transplante de Órgãos: "opt-in" ou "opt-out"?	93
» A terminalidade da vida de um bebê	96
III. PESSOA E VULNERABILIDADES	99
» Há fungibilidade entre a tomada de decisão apoiada e as diretivas antecipadas de vontade?	100
» Colisão de vulnerabilidades	103
» Os limites da vulnerabilidade do consumidor	106
» A dignidade e a curatela	109
» A autonomia progressiva dos adolescentes	112
» A curatela como a terceira margem do rio	115
» Os confins da autcuratela	119
» A tomada de decisão apoiada	122
» Os devedores anônimos	125
» A interdição do bipolar	127
» O incompetente. A interdição e a internação do usuário de drogas ...	129
» O alienista e a tutela econômica do indivíduo	131
» "Para sempre Alice"	133
» A guarda de fato como terceira via entre a curatela e a TDA	135
IV. DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	141
» Os contratos em quadrinhos	142
» <i>Inclusion rider</i> – Hollywood e a função social do contrato	145

» Quebra contratual: indenização ou tutela específica?	149
» A boa-fé objetiva: CC x CPC/15	158
» A despatrimonialização da representação	160
» O negócio jurídico: do Direito Civil ao Direito Penal	163
» Quatro sugestões para o aperfeiçoamento da prescrição no direito civil	166
» Levando a substituição a sério	170
» A lei da liberdade econômica e a necessária (re)conciliação entre a autonomia privada e a função social do contrato	173
V. RESPONSABILIDADE CIVIL	181
» Responsabilidade civil nas cadeias globais de suprimentos	183
» Os reais confins entre as responsabilidades subjetiva e objetiva	186
» O dano moral trabalhista – um ensaio sobre a cegueira (do legislador)	189
» A polifuncionalidade da responsabilidade civil	193
» A responsabilidade civil da pessoa com deficiência qualificada pelo apoio e de seus apoiadores	197
» O Estado como vítima dos danos causados pelo cigarro	202
» Novas perspectivas no dano moral da pessoa jurídica	205
» Dano moral por ilícito praticado antes da concepção	208
» A função promocional da responsabilidade civil (i)	210
» A função promocional da responsabilidade civil (ii)	213
» Dano moral por tédio	217
» A responsabilidade civil por ganhos ilícitos	220
» O dano moral do presidiário	223
» A responsabilidade civil da celebridade	226
» Responsabilidade civil por riscos desconhecidos	230
» A prisão civil por alimentos decorrentes de ato ilícito	233
» Responsabilidade vicária e responsabilidade contributiva	235

» A responsabilização dos grupos societários nas tragédias ambientais	239
» O dano moral coletivo pelo retrovisor da Volkswagen	243
» A teoria do risco no Direito Ambiental	246
» A Lava Jato e o “mínimo reparatório” na justiça criminal	249
» A JBS, o “insider trading” e os ganhos ilícitos	253
» A nova fase da contratualização da responsabilidade civil	257
» O dano-morte: a experiência brasileira e a proposta do <i>common law</i>	260
» Por uma tipologia aberta dos danos extrapatrimoniais	266
» A Responsabilidade Civil por Alienação Afetiva – O terceiro ofensor na conjugalidade	271
» O disgorgement no “sham litigation” pelas lentes da LINDB	276
VI. DIREITO DAS COISAS	279
» A propriedade dos “micropisos”	280
» O silêncio como anuência na usucapião extrajudicial	283
» A legitimação fundiária – uma polêmica inovação	286
» Cinco conceitos que ressignificam a propriedade	290
» A farra do esbulho de bens públicos	293
» O direito real de laje como nova manifestação de propriedade	296
» A moldura contemporânea da propriedade fiduciária	300
» O mercado imobiliário da morte	302
» A propriedade como acesso	305
» A preferência da mulher no registro imobiliário – A Lei 14.118/21	307
VII. FAMÍLIA E SUCESSÕES	311
» Pode o tio ser obrigado a prestar alimentos ao sobrinho?	312
» O Big Brother na autoridade parental	315
» Guarda compartilhada, isso existe?	319

» Os 50 tons do poliamor	321
» A multa parental	323
» Balzac e a omissão de cuidado inverso	326
» A parentalidade em oferta	328
» A sucessão no Facebook	330
» O testamento ético de Phillip Seymour Hoffman	333
» A morte sob condição suspensiva	336
VIII. DIREITO CIVIL NO COMMON LAW	339
» 800 anos da Magna Carta, quais lições podemos extrair?	340
» <i>Punitive damages</i> nos EUA: As contradições teóricas na doutrina e na Suprema Corte	343
» <i>Nominal Damages</i> : indenização sem dano por violação de direitos fundamentais	350
» As políticas da responsabilidade civil no <i>common law</i>	357
» A virada da cláusula penal na Inglaterra: um <i>insight</i> para a atualização de nossa responsabilidade contratual	362
» O disgorgement nas relações contratuais pelas lentes do <i>common law</i>	368
IX. DIREITO CIVIL E NOVAS TECNOLOGIAS	375
» O <i>compliance</i> e a redução equitativa da indenização na LGPD	376
» A polissemia da responsabilidade civil na LGPD	384
» Danos causados a dados pessoais: novos contornos	388
» Do risco da atividade ao “alto” risco da atividade algorítmica	393
» A natureza jurídica dos <i>smart contracts</i>	397
X. DIREITO CIVIL E PANDEMIA	401
» Desafios para a responsabilidade civil médica na 2ª era da Covid-19	402

» A teoria do <i>Take Home Liability</i> : a responsabilidade civil do empregador por contaminação pela Covid-19 dos familiares do empregado	412
» O nexo causal e o seguro por interrupção de negócios por Covid-19 segundo decisão da Suprema Corte da Inglaterra de 2021	417
» O direito como experiência: dos “coronation cases” aos “coronavírus cases”	423